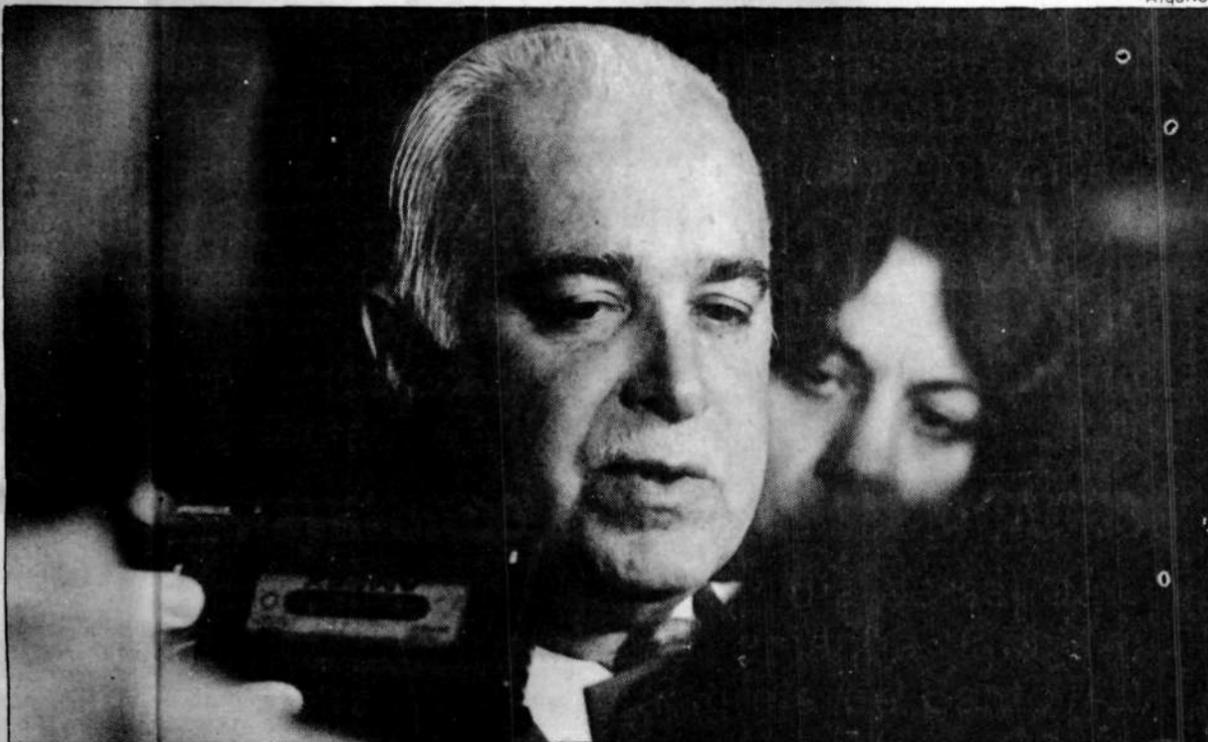


ACM vê defeitos no anteprojeto

Arquivo



Magalhães elogia Caiado, dizendo que ele é uma liderança viva na Nação brasileira

Ministro critica reserva de mercado

O ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, considera inconveniente aos interesses nacionais o estabelecimento de quaisquer privilégios cartoriais, que divorciem o país de um maior entrosamento tecnológico entre as nações mais desenvolvidas.

"Por pensar assim, diz ele, manifesto a única preocupação que tive ao tomar conhecimento da proposta do texto constitucional patrioticamente elaborada pela subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação. A adoção, a nível constitucional, da reserva de mercado, me parece politicamente errada".

Antonio Carlos Magalhães entende que a reserva de mercado pode ser medida limitadora da livre concorrência no mercado, e deve ter caráter eminentemente transitório, não cabendo, portanto, ser incluída no texto constitucional. "Lei ordinária, como é evidente, poderá estabelecer a transitória reserva, quando necessário, além da permanente proteção ao empresário brasileiro".

Perspectivas

Antônio Carlos destaca a criação de um órgão diretamente subordinado à Presidência da República, o Contel, com as atribuições de coordenar, supervisionar e regulamentar o setor de telecomunicações, um núcleo que posteriormente tornou-se no Ministério das Comunicações; a

criação de uma empresa estatal destinada a implementar o sistema de telecomunicações a longa distância; a instituição do Fundo Nacional de Telecomunicações; a concentração, na União, das concessões para os serviços de telecomunicações e, finalmente, a criação da Telebrás a "holding" que tem as atribuições de planejar, implantar a operar o sistema nacional de telecomunicações.

Os resultados decorridos de todas as mudanças estruturais são relacionados pelo ministro: o número de telefones no Brasil cresceu de 1,16 milhões em 1962, para 12,15 milhões, no ano passado. Desde 83, todos os municípios brasileiros estão ligados por serviços telefônicos; os serviços de telex cresceram de 4.660 terminais em 1973 para 83.400 no ano passado; a implantação do projeto Brasilsat assegura telecomunicações por satélite a todo o território nacional e águas territoriais do país, por sistema próprio; a associação do Brasil, desde 69, à Intelsat, abriu novas perspectivas às comunicações internacionais.

O ministro enumera, ainda a criação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás, em Campinas.

Razões, existem, porém, para levar o setor a restrições, como afirma Antônio Carlos: prolongada contenção nos tetos de investimentos, limitando as expansões e

acarretando desconfortável defasagem entre a oferta e a demanda crescente de serviços; reajustes tarifários seguidamente concedidos abaixo dos níveis de inflação; e alocação dos recursos provenientes do Fundo Nacional de Telecomunicações a áreas estranhas às comunicações, diminuindo sensivelmente as condições setoriais de expansão.

"Somente garantindo a saúde econômico-financeira do setor — diz o ministro —, pode-se assegurar a consecução dos seguintes princípios para a sociedade brasileira: 1 — amplo acesso dos serviços a todas as camadas da população; 2 — melhoria na qualidade dos serviços; 3 — contribuição para o amplo acesso à informação; 4 — estímulo ao desenvolvimento da capacitação tecnológica; e 5 — apoio crescente à expansão do parque industrial.

O ministro lembra, finalmente, que "é prerrogativa do presidente da República a outorga da concessão ou autorização dos serviços de radiodifusão, ressalvado o caso de serviços de radiodifusão local, que é da competência do ministro das Comunicações. Em qualquer dos casos, cabe ao Ministério conduzir os procedimentos administrativos que envolvem o processo como a abertura de edital, análise das propostas e parecer sobre as normas".

Feira de Santana — "Tenho a coragem de dizer aos senhores que o anteprojeto de Bernardo Cabral (PMDB-AM) em 80 a 90% é muito ruim. Mas os constituintes vão melhorá-lo, principalmente na parte da reforma agrária, assunto que sequer deveria constar da Constituição, pois é de lei ordinária". Afirmou em Feira de Santana o ministro das Comunicações e ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, ao fazer uma palestra para produtores rurais, em um circo armado pela União Democrática Ruralista (UDR) no parque de exposição agropecuária.

Recebido por ruralistas da UDR, como se estivesse em campanha para retornar ao governo da Bahia, Antônio Carlos Magalhães falou na sexta-feira à noite no parque onde se realiza uma exposição de gado, quando considerou desnecessária a existência do Inbra, que "às vezes se sobrepõe ao Ministério da Reforma Agrária. Respeito a posição do Governo, mas quando tem o Mirad, acho que o Inbra é demais".

Para o ministro, a questão da reforma agrária está sendo tratada demagogicamente na Constituinte pelos chamados progressistas. "Com a imensidão de terras do País, vamos primeiro usar as terras do estado, as terras improdutivas e quando alguns da igreja quiserem nos atacar, vamos usar as terras da igreja. O povo católico, que tem fé, vai a missa, reza, tem autoridade para dizer que os movimentos verdadeiramente cristãos não são os que dividem classes, mas os que unem as classes".

Magalhães, que chegou a ter dificuldades para entrar no circo da UDR, devido ao assédio dos admiradores, se disse a favor de uma reforma agrária gradual em terras improdutivas, "porque as terras produtivas não podem ser desapropriadas, pois isso seria um crime contra o País".

Elogios

O ministro disse esperar que o presidente Sarney escolha um novo ministro da Reforma Agrária que siga a linha de Marcos Freire, "para que se tenha um trabalho equilibrado e decente como estava sendo feito".

Em sua palestra para os produtores, o ministro não poupou elogios a UDR e ao seu presidente Ronaldo Caiado, "que e uma liderança viva na nação brasileira, pelo seu espírito público, competência e coragem de enfrentar dificuldades. Quem não tem coragem, não pode enfrentar dificuldades. Quem não tem coragem, não pode fazer vida pública e nós pensamos muito parecido. Nós temos o mesmo sentimento, pois amamos o Brasil".

Sobre o parlamentarismo, o ministro das Comunicações disse que concorda com o procurador geral da República, Saulo Ramos, para quem deveria haver plebiscito para saber se o povo aceita este sistema de Governo, "pois o que está valendo como vontade da população é o presidencialismo. Houve o parlamentarismo e o povo votou no plebiscito pelo presidencialismo", disse Magalhães.

Para ele, "se adotado o parlamentarismo, cometeremos um erro político. Tenho medo de que esse sistema venha a ensejar dificuldades maiores para o País, principalmente no campo constitucional".

Simon admite frustração com a reforma

Porto Alegre — Decepcionado por ter, quando ministro da Agricultura, acreditado nos planos de reforma agrária do presidente José Sarney, o governador Pedro Simon recomendou ontem que ele escolha para aquele ministério "alguém que realmente estabeleça os termos da reforma agrária de acordo com o que pensa hoje o Presidente da República". Comentando a morte do ministro Marcos Freire, em seu programa de rádio os gaúchos e o Governo Simon, o peemedebista lembrou que sempre foi contra a criação de uma pasta específica para tratar do assunto.

Simon confessou seu "susto" quando o Presidente anunciou pretender assentar 300 mil lavradores no dois primeiros anos do plano, pois entendia que a reforma agrária deveria ser acompanhada de uma política agrícola que incluísse a assistência também aos pequenos agricultores. Por isso concluiu que de nada adiantaria escolher, por exemplo, alguém como ele para o cargo, que "depois teria de executar a política que pensa o presidente José Sarney".